

✓ Avaliação do desenho das políticas de desenvolvimento das capitais brasileiras: endogeneidade e governança

Luciana Leite Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas
Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Department of Sociology, Postgraduate Program in Public Policy

Luciano D'Ascenzi

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)
State Agency for the Regulation of Delegated Public Services of Rio Grande do Sul (AGERGS)

Resumo: Esse artigo avalia o desenho das políticas públicas de desenvolvimento local formuladas pelos governos municipais de 14 capitais estaduais selecionadas. Foi delineada uma abordagem analítica a partir de dois conjuntos de categorias extraídas da perspectiva do desenvolvimento endógeno: endogeneidade (nas dimensões: equidade, sustentabilidade e participação) e mecanismos de governança (nas dimensões: participação, consensualidade e gestão mista). Foi realizada pesquisa documental; a coleta ocorreu de forma on-line entre agosto de 2017 e maio de 2018; ao todo, foram analisados 407 documentos. Averiguou-se que as características do desenho dessas políticas indicavam incongruências com as noções contemporâneas de desenvolvimento, pois sobrevalorizavam a dimensão do crescimento econômico; e, não por acaso, um elemento frágil foi o da sustentabilidade. Um ponto promissor foi a dimensão da equidade, assim como da heterogeneidade de atores sociais e estatais.

Palavras-chave: políticas públicas; desenvolvimento; desenho de políticas.

EN Design evaluation of development policies in Brazilian capitals: endogeneity and governance

Abstract: This article assesses the design of public policies for local development formulated by the municipal governments of 14 selected state capitals. An analytical approach was outlined based on two sets of categories drawn from the perspective of endogenous development: endogeneity (in the dimensions: equity, sustainability and participation) and governance mechanisms (in the dimensions: participation, consensuality and mixed management). Documentary research was carried out; collection was carried out online between August 2017 and May 2018; in all, 407 documents were analyzed. It was found that the design characteristics of these policies indicated inconsistencies with contemporary notions of development, as they overvalued the dimension of economic growth; and, not by chance, a fragile element was that of sustainability. A promising point was the equity dimension, as well as the heterogeneity of societal and state actors.

Key-words: public policies; development; policy design.

ES Evaluación de diseño de políticas de desarrollo en las capitales brasileñas: endogeneidad y gobernanza

Resumen: Este artículo evalúa el diseño de políticas públicas de desarrollo local formuladas por los gobiernos municipales de 14 capitales estatales seleccionadas. Se esbozó un enfoque analítico a partir de dos conjuntos de categorías extraídas desde la perspectiva del desarrollo endógeno: endogeneidad (en las dimensiones: equidad, sostenibilidad y participación) y mecanismos de gobernanza (en las dimensiones: participación, consensualidad y gestión mixta). Se llevó a cabo una investigación documental; la recolección se realizó en línea entre agosto de 2017 y mayo de 2018; en total, se analizaron 407 documentos. Se encontró que las características de diseño de estas políticas indicaron inconsistencias con las nociones contemporáneas de desarrollo, ya que sobrevaloraron la dimensión del crecimiento económico; y, no por casualidad, un elemento frágil fue el de la sostenibilidad. Un punto prometedor fue la dimensión de equidad, así como la heterogeneidad de los actores sociales y estatales.

Palabras-clave: políticas públicas; desarrollo; diseño de políticas.

FR Évaluation de la conception des politiques de développement dans les capitales brésiliennes: endogénéité et gouvernance

Résumé Cet article évalue la conception des politiques publiques de développement local formulées par les gouvernements municipaux de 14 capitales d'État sélectionnées. Une approche analytique a été esquissée à partir de deux ensembles de catégories tirées du point de vue du développement endogène: l'endogénéité (dans les dimensions: équité, durabilité et participation) et les mécanismes de gouvernance (dans les dimensions: participation, consensualité et gestion mixte). Des recherches documentaires ont été menées; la collecte a été réalisée en ligne entre août 2017 et mai 2018; au total, 407 documents ont été analysés. Il a été constaté que les caractéristiques de conception de ces politiques indiquaient des incohérences avec les notions contemporaines de développement, car elles surévaluaient la dimension de la croissance économique; et, pas par hasard, un élément fragile était celui de la durabilité. Un point prometteur était la dimension d'équité, ainsi que l'hétérogénéité des acteurs sociétaux et étatiques.

Mots-clés: politiques publiques; développement; conception de la politique.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas direcionadas à problemática do *desenvolvimento* passaram a figurar na agenda dos governos municipais no final da década de 1990. Até os anos 1980, essa área era tipicamente ocupada pelos governos centrais, que operavam uma concepção de desenvolvimento restrita ao crescimento econômico por meio de planos nacionais, mobilizando, em geral, perspectivas de desenvolvimento exógeno. Assim, em um contexto marcado, internamente, pela descentralização; internacionalmente, pela reestruturação econômica internacional; e, conceitualmente, pelo reconhecimento de que o desenvolvimento é um fenômeno multidimensional (Heidemann, 2014; Vázquez Barquero, 2007); os municípios passaram a reagir a essa demanda por meio da formulação e da implementação locais de políticas públicas (Abrucio; Couto, 1996).

Nesse contexto, a demanda por desenvolvimento toma a forma de reivindicações por melhores condições de vida, o que inclui diversas dimensões da sociabilidade. Consequentemente, o desenvolvimento, enquanto objeto de políticas públicas, toma a forma de um problema complexo, caracterizado por multicausalidade e racionalidade limitada, tornando o processo de desenho desse tipo de política mais complexo (Peters, 2015).

Diante disso, o objetivo deste estudo é avaliar o desenho das políticas de desenvolvimento produzidas nas capitais estaduais brasileiras a partir de categorias derivadas da perspectiva de desenvolvimento endógeno. Tal abordagem enfoca os processos envolvidos na promoção do desenvolvimento, entendido como melhoria nas condições de vida e de sociabilidade, indicando as variáveis implicadas na consecução de tal esforço. Assim, avaliamos o desenho destas políticas à luz de categorias relacionadas à mudança social pretendida, ou seja, investigamos qual o potencial de efetividade desses esforços.

O artigo está organizado em três tópicos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro, apresentamos a abordagem avaliativa; no segundo, os procedimentos de pesquisa; e no terceiro, os resultados e a discussão.

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESQUEMA DE AVALIAÇÃO

O desenvolvimento é um tema recorrente no debate público e, conseqüentemente, no científico. Até a década de 1970 as visões mais disseminadas tratavam esse fenômeno como equivalente do crescimento econômico, nas décadas seguintes o conceito foi ganhando complexidade e delineou-se uma perspectiva multidimensional. Essa concepção percebe o desenvolvimento como um processo de melhoria nas condições de vida em sociedade, na qual relações mais justas, igualitárias e equitativas têm lugar central (Heidemann, 2014; Inglehart; Welzel, 2009; Sen, 2010).

Atentando para a América Latina e para países europeus de desenvolvimento tardio, nos anos 1980 e 1990 viu-se a estruturação da perspectiva do desenvolvimento endógeno, interessada nas novas atribuições que vinham desempenhando as cidades e regiões no contexto de globalização e descentralização política (Vázquez Barquero 2001; Boisier 2005; Tapia 2005; Docampo 2007). Nessa linha, o conceito de desenvolvimento incorpora a multidimensionalidade e coloca o foco no território por meio da ideia de endogeneidade. Assim, define-se desenvolvimento endógeno como um processo de mudança social, por meio da utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (o que inclui a capacidade de endogeneizar oportunidades e recursos externos), com vistas a responder aos problemas sociais percebidos, e promover o incremento do bem-estar da população (Albuquerque, 2004; Vázquez Barquero, 2007).

A endogeneidade é um elemento basilar da definição, ela consiste no princípio de que as decisões relativas às mudanças sociais desejadas para a localidade sejam tomadas a partir dos interesses, demandas e ideias de atores locais, os quais conviverão com as consequências da ação pública correspondente. Docampo (2007) propõe observar o caráter endógeno a partir de três dimensões: equidade, sustentabilidade e participação.

A equidade abarca e contextualiza a relação entre igualdade e justiça, correspondendo ao incremento das capacidades de agência, com maior potencial junto aos atores mais vulneráveis. No que tange às políticas públicas, tratar-se-ia do estabelecimento de foco, em uma visão de justiça social (ver: Farah 2004; Kerstenetzky 2006). A sustentabilidade, por seu turno, é referenciada em termos

da reprodução indefinida de cadeias funcionais relevantes; é uma categoria que atenta para a superação da temporalidade tradicional, para além do longo prazo: dirige o olhar para as futuras gerações. Por fim, a participação lança luz sobre a heterogeneidade de atores e interesses envolvidos no processo de mudança (Dagnino 2002). Esse conjunto de elementos oferece uma perspectiva para avaliar o grau de aderência das políticas à realidade local.

A partir disso, se coloca a questão da expressão do caráter endógeno nas decisões de políticas públicas, a qual estaria relacionada com a existência e com as formas de funcionamento de mecanismos de governança (Tapia 2005; Villasante; Rey 2007), definidos como arranjos institucionais voltados à articulação entre a pluralidade de atores (Pires; Gomide, 2016). Nos mecanismos de governança, as interações entre atores ganham corpo e emergem as concepções sobre desenvolvimento e sobre os meios de atingi-lo. Nesse sentido, três dimensões avaliativas são relevantes: participação, consensualidade e gestão mista.

A participação aparece novamente, demonstrando sua centralidade na concepção de desenvolvimento. Aqui, sua importância relaciona-se à normatividade, no sentido de estabelecer a relação entre os agentes mapeados; isto é, a explicitação de mecanismos coercitivos ao comportamento, qualificando os papéis daquela heterogeneidade em vista aos processos decisórios (Dagnino 2002). Assume-se, assim, a necessidade de normas administrativas que evitem a reprodução de desigualdades preexistentes junto aos espaços decisórios e de ação (Côrtez, 2007), o que seria um impedimento à manifestação do caráter endógeno. Por sua vez, a consensualidade tange à consecução de uma lógica sistêmica, em contraposição à lógica de soma zero (Fraser, 1987). Desse modo, analisa-se os mecanismos de manejo de conflitos, de estabelecimento de prioridades e de produção de objetivos. Refere-se, então, aos processos de decisão estratégica ou, ainda, de construção hegemônica. Já a gestão mista enfoca questões de coordenação e de cooperação, conceitos que se referem à dinâmicas de execução de ações por meio da articulação e do compartilhamento de recursos das organizações e suas políticas (Gontijo, 2012). Com isso, observa-se o potencial de produção de sinergia.

A partir dos elementos apresentados forma-se o esquema avaliativo mobilizado nesse trabalho, sistematizado no quadro 1. A macrocategoria endogeneidade avalia o grau de aderência das políticas públicas aos contextos locais; a macrocategoria mecanismos de

governança, em que nível as estruturas e os processos organizacionais refletem tal especificidade. O modelo sustenta quanto melhor forem atendidas as categorias relativas à endogeneidade e aos mecanismos de governança, maior será o impacto, em termos de desenvolvimento multidimensional, das políticas analisadas. Ou ainda, quanto mais aderentes forem os mecanismos de governança à endogeneidade expressada, maior o potencial de efetividade das políticas analisadas, em termos daquele tipo de desenvolvimento.

Quadro 1- Macrocategorias, dimensões e proxies de análise

Macrocategorias	Dimensão analítica	Proxy
Endogeneidade	Equidade	Grupos beneficiados pela política
	Sustentabilidade	Indicação de temporalidade, de preocupação com funcionalidade
	Participação	Heterogeneidade de atores
Mecanismos de Governança	Participação (normatividade)	Existência de regimento interno, regras de isonomia, publicização das atividades e decisões
	Consensualidade	Competências em relação às políticas públicas, forma de escolha do presidente
	Gestão mista	Potencial de intersectorialidade

Fonte: Elaboração própria

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este é um estudo avaliativo na medida em que produz informações e conhecimento sobre o desenho das políticas de desenvolvimento municipal para validação *ex-post*, tendo por finalidade verificar se tais configurações demonstram as condições para a produção de impactos abrangentes e complexos (Jannuzzi, 2020). O esquema avaliativo é derivado do referencial discutido no tópico anterior, sistematizado no quadro 1.

Foi realizada pesquisa documental, foram coletados dados provenientes de normas formais, especialmente Planos Plurianuais, leis e decretos de criação e de alteração de políticas, organizações executoras e instituições participativas vinculadas, organogramas, regimentos internos, documentos diversos de planejamento, atas de reuniões, cartilhas e manuais, relatórios de atividades; além disso, foram utilizados dados constantes nas páginas de internet das prefeituras e órgãos subordinados, como notícias, materiais de divulgação das políticas e descrições de atividades realizadas; de forma complementar, foram coletados dados oriundos de notícias publicadas em jornais locais e nacionais, como cobertura de acontecimentos relacionados às políticas e entrevistas com gestores e beneficiários. A coleta foi realizada on-line entre agosto de 2017 e maio de 2018. Ao todo, foram analisados 407 documentos.

A seleção das políticas analisadas se deu da seguinte forma. Primeiramente, foram identificadas as capitais estaduais que criaram estruturas organizacionais especificamente voltadas para a produção de políticas de desenvolvimento, o que foi realizado em dois passos: (1) de forma auto declaratória: organizações que indicavam em seu nome o direcionamento à temática do desenvolvimento; (2) confirmou-se tal direcionamento por meio do exame dos objetivos dessas organizações. Como resultado, foram localizadas 15 organizações estatais municipais dedicadas a políticas públicas de desenvolvimento em 14 capitais, como mostra o quadro 2. A partir disso foi possível mapear as políticas capitaneadas pelas organizações selecionadas, formadas, ao todo, por 33 programas, desdobrados em 119 ações.

Quadro 2- Organizações estatais municipais voltadas à produção de políticas de desenvolvimento nos municípios selecionados

Município	Organização	Norma de criação	
		Lei n.	Ano
Belo Horizonte	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 10.101	2011
Campo Grande	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia	Lei n. 4.722	2009
Cuiabá	Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 119	2004
Curitiba	Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A	Lei n. 12.439	2007
Florianópolis	Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 348	2009
Fortaleza	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico	Lei n. 8.283	1999
Macapá	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 033*	2005
Palmas	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Lei n. 1.492	2007
Porto Alegre	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 810	2017
Rio de Janeiro	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação	Decreto n. 42.719	2017
São Luís	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Lei n. 4.497	2005
São Paulo	Agência São Paulo de Desenvolvimento	Lei n. 15.838	2013
Teresina	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Semdec)	Lei Complementar n. 2.959	2000
	Secretaria Municipal de Economia Solidária (Semest)	Lei Complementar n. 4.359	2013
Vitória	Companhia de Desenvolvimento de Vitória	Lei n. 2.669	1980

Fonte: elaboração própria.

* Indisponível on-line.

A seleção das organizações permitiu identificar os órgãos colegiados de participação social vinculados às políticas de desenvolvimento, doravante também denominados conselhos, listados no quadro 3. Esses não foram encontrados nas políticas de Curitiba, de São Paulo e nas políticas de economia solidária de Teresina.

Quadro 3 – Órgãos colegiados de participação social

Município	Órgãos	Norma de criação		Regimento Interno	
Belo Horizonte	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 7.638	1999	Decreto n. 13.697	2009
	Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor	Lei n. 7.568	1998	-	-
	Conselho Municipal de Turismo	Lei n. 10.823	2015	-	-
	Comissão Municipal de Emprego	Decreto n. 16.158	2015	Regimento Interno	2012
Campo Grande	Conselho Municipal de Indústria, Comércio e Serviços	Lei n. 4.622	2008	-	-
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 29	1999	-	-
	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	Lei n. 4.404	2006	-	-
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Lei n. 4.477	2007	-	-
Cuiabá	Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola	Lei Orgânica do Município	1990	-	-
	Conselho Municipal do Trabalho	Decreto n. 5.359	2013	Resolução n. 001	2013
Florianópolis	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Lei n. 4.100	1993	-	-
	Conselho Municipal de Inovação	Lei Complementar n. 432	2012	Decreto n. 10.315	2012
	Conselho Municipal de Turismo	Lei n. 3.741	1992	Decreto n. 5.037	2007
Fortaleza	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 10.625	2017	-	-
Macapá	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	-	-	-	-
Palmas	Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico	Lei n. 2.024	2014	-	-
	Conselho Municipal de Economia Solidária	Lei n. 2.026	2014	-	-

Porto Alegre	Fórum de Governança Local do Turismo	-	-	-	-
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	Lei Complementar n. 434	1999	Regimento Interno	2014
	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	Lei Complementar n. 367	1996	Regimento Interno	2001
	Comitê Municipal de Economia Criativa	Decreto n. 18.422	2013	-	-
	Fórum Permanente de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior	Decreto n. 19.000	2015	Decreto n. 19.125	2015
	Conselho Municipal de Defesa do Consumidor	Lei Complementar n. 563	2007	-	-
	Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento	Lei Complementar n. 370	1996	-	-
Rio de Janeiro	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Solidário	Decreto n. 44.033	2017	-	-
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Lei n. 3.097	2000	Decreto n. 19.915	2001
	Conselho Municipal de Desenvolvimento	Decreto n. 8.582	1989	-	-
São Luís	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	Lei n. 5.799	2013	Regimento Interno (minuta)	sd
Teresina-Semdec	Conselho Municipal de Turismo	Lei Complementar n. 4.191	2011	-	-
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 2.528	1997	-	-
	Conselho Municipal de Emprego	Lei n. 4.756	2015	-	-
Vitória	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	Lei n. 3.763	1991	*	-

Fonte: Elaboração própria. * Indisponível on-line.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As organizações expostas no quadro 2 estão dirigidas aos seguintes objetivos: (1) todas as secretarias apontam pelo menos uma finalidade relacionada ao fomento das atividades produtivas (atração de empresas, captação de investimento, qualificação de empresas, oferta de infraestrutura); (2) sete delas abordam a geração de emprego/trabalho/renda; e (3) cinco, a qualificação profissional. Em termos de setor de atividade econômica, dois se destacaram: ciência, tecnologia e inovação, aparecendo como foco de esforços em 11 organizações; e turismo, presente nas normas

de seis secretarias. Aqui tem-se uma primeira indicação da visão de desenvolvimento que baseia a atuação dessas organizações: a dimensão que se destaca é a econômica.

A preocupação com o fomento de setores produtivos não veio acompanhada de menções à alguma dimensão da sustentabilidade. Em geral, as normas que regem essas organizações não indicavam perspectivas temporais, ou mesmo os impactos sociais dos esforços empreendidos. Tal constatação corrobora evidências de que a inserção da perspectiva da sustentabilidade na ação estatal é moroso e embrionário, a despeito da atenção pública que a temática vem recebendo nas últimas décadas (Andrade 2019; Frey 2001; Moura; Bezerra 2016); lembrando que a maioria das organizações estudadas foram criadas na década de 2000.

Nas análises que seguem, será considerado que a política de desenvolvimento de cada capital é formada pelos programas e ações correspondentes. Os Planos Plurianuais 2018-2021 atribuíram 33 programas às 15 organizações selecionadas, como mostra o quadro 4, os quais, por sua vez, eram formados por 119 ações (lista em anexo).

Quadro 4- Programas atribuídos às organizações selecionadas nos Planos Plurianuais 2018-2021

Município	Programas
Belo Horizonte	Relações Internacionais
	Fomento ao Turismo de Lazer, Eventos e Negócios
	Articulação do Planejamento do Desenvolvimento Socioeconômico
	Fomento ao Desenvolvimento Econômico
	Qualificação, Profissionalização e Emprego
Campo Grande	Fomento ao Desenvolvimento Econômico Integral, Equilibrado e Sustentável
Cuiabá	Fomento ao Trabalho, Emprego e Renda
	Desenvolvimento da Agricultura e Melhoria do Abastecimento
Curitiba	Viva Curitiba Tecnológica
Florianópolis	Turismo
Fortaleza	Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios
	Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes
	Fortaleza Cidade com Futuro
	Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda
	Desenvolvimento de Ambientes de Inovação

Macapá	Plano não atribui programas à secretaria.
Palmas	Economia Empreendedora e Inovação
	Empreendedorismo
Porto Alegre	Cidade Aberta
Rio de Janeiro	Restaurantes Populares
	Inova Rio
	Capacita Rio
	Empreendedorismo Social Carioca
	Economia do Futuro
São Luís	Patrimônio Histórico
	Desenvolvimento Econômico
	Trabalho e Renda
	Novas Moradias, Urbanização e Regularização Fundiária
São Paulo	Plano não atribui programas à agência.
Teresina	Semdec: Desenvolvimento Econômico e Turismo Sustentável
	Semest: Implantação da Economia Criativa e Solidária
Vitória	Trabalha VIX
	Desenvolvimento do Turismo
	Empreendedorismo, Economia Criativa e Inovação
	Desenvolvimento Econômico Sustentável

Fonte: elaboração própria.

Observando as áreas de atuação dos programas e ações, vê-se que valorizam, preponderantemente, dois campos tradicionalmente relacionadas ao incremento das atividades econômicas. Em primeiro lugar, o apoio e promoção da atividade econômica envolvendo: a melhoria do ambiente de negócios, a atração de investimentos, o incremento da gestão de negócios e a formalização de empreendimentos. Tais objetivos são perseguidos por meio de instrumentos como: provimento de infraestrutura, assessoria e consultoria, disponibilização de espaço para atividades, capacitação gerencial, assistência técnica e orientação em relação à legislação e incentivos fiscais. Em segundo lugar, a área do trabalho, cujo fomento abarca: intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional e oferta de meios de produção (carrinhos de pipoca e máquinas de costura, por exemplo).

Cabe, então, investigar o caráter endógeno dessas iniciativas. O primeiro elemento a ser analisado é o da equidade, ou seja, quais os grupos e/ou setores beneficiários das políticas? Foram identificados três tipos de foco: no tamanho de empresas, em grupos populacionais e em setores de atividade econômica.

A análise da focalização foi realizada a partir da descrição das 119 ações, que, em virtude de seu grau de operacionalização, oferecem de forma mais explícita tal informação. Desse total, 72 (61%) indicam o público-alvo: 42% voltam-se aos pequenos negócios; 26%, grupos de baixa renda e vulneráveis, incluindo: jovens, mulheres, pessoas com deficiência, pequenos empreendedores nas áreas menos favorecidas economicamente e população excluída do mercado de trabalho; e 24% focam em setores da economia: turismo e tecnologia e inovação, principalmente, e economia criativa.

Essa configuração indica que a focalização empreendida nessas políticas está alinhada aos condicionantes do desenvolvimento, conforme a perspectiva utilizada neste trabalho. Ou seja, políticas que têm por objetivo promover e melhorar o bem-estar da população têm seu potencial aumentado quando priorizam aqueles que encontram maiores obstáculos para exercer sua capacidade de agência. Nesse sentido, as políticas analisadas demonstrariam tal característica, uma vez que a maioria de suas ações está voltada ao incremento das condições relacionadas à posição econômica de populações e empresas com menores recursos de poder relativamente. Sublinha-se que empresas de pequeno e médio porte representavam 99% das empresas formais em 2013 (Sebrae; Dieese, 2013) e empregavam, em 2016, metade dos brasileiros ocupados no setor privado (Bôas, 2017), tendo um papel importante nas economias locais (Santini et al., 2015). Contudo, encontram dificuldades no acesso ao crédito (Carranço, 2018) e têm baixa capacidade de gestão (Santos; Dorow; Beuren, 2016).

O segundo elemento de análise do caráter endógeno é a sustentabilidade. Nos dados coletados, identificou-se o uso dos termos sustentável e sustentabilidade nos nomes e/ou objetivos de apenas seis programas, como mostra o quadro 5.

Quadro 5- Sustentabilidade nos programas

Município	Programa	Objetivo
Campo Grande	Fomento ao Desenvolvimento Econômico Integral, Equilibrado e Sustentável	Fomentar o agronegócio, a indústria, o comércio e o serviço, reduzindo a dependência dos fatores externos no que concerne ao bem-estar básico; reduzir a pobreza.
Fortaleza	Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios	Fomentar e apoiar o empreendedorismo na perspectiva de melhorar a gestão e os resultados dos empreendimentos formais e informais.
Palmas	Empreendedorismo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade, por meio de ações que estimulem o desenvolvimento social e econômico sustentável proporcionando ambiente favorável para a atração, constituição e fixação de empreendimentos tradicionais, inovadores e coletivos.
São Luís	Desenvolvimento Econômico	Promover, estimular e fomentar aptidões produtivas voltadas para o desenvolvimento econômico social sustentável.
Teresina-Semdec	Desenvolvimento Econômico e Turismo Sustentável	Programa não apresenta objetivos.
Vitória	Desenvolvimento Econômico Sustentável	Implementar a política de desenvolvimento econômico sustentável, agregando valor na matriz econômica através da promoção de negócios inovadores, do desenvolvimento técnico-científico, estabelecendo concessões e parcerias público-privada para incrementar o desenvolvimento urbano.

Fonte: elaboração própria.

Percebe-se que a questão da funcionalidade dos sistemas está presente no texto dos programas, há algumas indicações de preocupações com a manutenção ao longo do tempo das condições geradas pelas políticas. Por outro lado, prevalece o foco no crescimento econômico de forma fracamente integrada com outras dimensões da sociabilidade que condicionam o desenvolvimento. Tal carência, contudo, manifesta um alinhamento entre os objetivos das políticas e as diretrizes das organizações as quais pertencem, pois foi verificado que, de fato, não há previsão normativa desse tipo de perspectiva integrativa.

O terceiro elemento para investigação do caráter endógeno é a heterogeneidade de atores envolvidos nas políticas. Aceitou-se que tal característica está relacionada à coerência das políticas em relação aos contextos locais, consequência da internalização das demandas, interesses e capacidades sociais. Para isso, utilizamos informações referentes às dinâmicas dos órgãos colegiados de participação social. Como mostra o quadro 6, 16 (55%) conselhos preveem uma maioria de membros oriundos de organizações da sociedade, 7 (24%) têm maioria de atores estatais e 6 (20%) são paritários.

Quadro 6 – Atores estatais e não estatais nos órgãos colegiados de participação social selecionados

Município	Órgãos	Estatais		Não estatais		IES*	Total
		Quant.	%	Quant.	%		
Belo Horizonte	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	9	75	3	25	-	12
	Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor	5	50	5	50	-	10
	Conselho Municipal de Turismo	11	38	18	62	-	29
	Comissão Municipal de Emprego	5	33	10	67	-	15
Campo Grande	Conselho Municipal de Indústria, Comércio e Serviços	12	50	12	50	-	24
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	7	54	6	46	-	13
	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	7	47	8	53	-	15
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	11	52	10	48	-	21
Cuiabá	Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola	3	38	5	63	-	8
	Conselho Municipal do Trabalho	4	33	8	67	-	12
Florianópolis	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	3	43	4	57	-	7
	Conselho Municipal de Inovação	8	27	22	73	6**	30
	Conselho Municipal de Turismo	7	33	14	67	-	21
Fortaleza	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	11	100	0	0	-	11
Palmas	Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico	11	50	11	50	-	22
	Conselho Municipal de Economia Solidária	7	50	7	50	-	14

Porto Alegre	Fórum de Governança Local do Turismo	4	10	35	90	-	39
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	10	36	18	64	-	28
	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	9	39	14	61	-	23
	Comitê Municipal de Economia Criativa	17	45	21	55	-	38
	Fórum Permanente de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior	1	4	22	96	-	23
	Conselho Municipal de Defesa do Consumidor	7	41	10	59	-	17
	Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento	8	47	9	53	-	17
Rio de Janeiro	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	10	50	10	50	-	20
São Luís	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social	16	52	15	48	-	31
Teresina-Semdec	Conselho Municipal de Turismo	9	50	9	50	-	18
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	6	55	5	45	-	11
	Conselho Municipal de Emprego	5	33	10	67	-	15
Vitória	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia	9	69	4	31	-	13
Total		232	42	325	58	-	557

Fonte: elaboração própria. Ausentes por normatização indisponível: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Macapá, conselhos de Desenvolvimento e de Desenvolvimento Econômico e Solidário do Rio de Janeiro. * Instituições de Ensino Superior. ** A norma não especifica a natureza destas organizações.

Com efeito, prevalecem os atores societários (58%); de forma específica, tal conformação é encontrada em 16 (55%) conselhos, incluindo todos os de Cuiabá, Florianópolis e Porto Alegre. Entre os atores societários, há uma grande variedade que expressa as especificidades dos conselhos. Ilustrativamente: instituições de ensino superior são atores comuns nos conselhos de ciência e tecnologia e de inovação; nos conselhos de desenvolvimento econômico, o “sistema S”, diversos tipos de associações de profissionais, empresas e trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços; os quais formam, também, os conselhos de trabalho/emprego. Por seu turno, empresas e trabalhadores rurais estão presentes nos conselhos de desenvolvimento rural. Já nos de turismo, encontramos toda a pluralidade do setor em suas agregações representativas: bares e restaurantes, hotéis, agências de viagens etc.

Por seu turno, dos atores estatais, 74% são municipais. Observando a pluralidade interna desse grupo, pode-se trabalhar

com a *proxy* da gestão mista, a intersetorialidade potencial. Por esse ângulo, foram identificadas 19 diferentes áreas finalísticas (excluídas as secretarias de desenvolvimento) e nove relacionadas a atividades intermediárias, conforme o quadro 7. Interessante a presença de muitas áreas de políticas sociais. Nesse sentido, esses órgãos exibem a intencionalidade de promover interlocução entre diferentes áreas de políticas públicas, o que produziria a incorporação de uma perspectiva multidimensional em suas decisões. Isso porque os arranjos intersetoriais respondem ao imperativo da complexidade dos problemas sociais (Costa; Bronzo, 2012).

Quadro 7 – Áreas da gestão municipal representadas nos órgãos colegiados de participação social selecionados*

Áreas	Membros		Áreas	Membros	
	Quant.	%		Quant.	%
Finalísticas	94	71	Intermediárias	39	29
Desenvolvimento	22	17	Planejamento	12	9
Gestão Urbana	9	7	Finanças/Fazenda	7	5
Educação	8	6	Governo	6	5
Meio Ambiente	7	5	Gabinete	5	4
Saúde	7	5	Procuradoria	4	3
Trabalho	7	5	Outros Conselhos	2	2
Turismo	6	5	Administração	1	1
Assistência Social	4	3	Comunicação	1	1
Cultura	4	3	Processamento de dados	1	1
Infraestrutura	4	3			
Desenvolvimento Rural	3	2			
Trânsito/Transporte	3	2			
Habitação	2	2			
Ciência, tecnologia e inovação	2	2			
Economia Solidária	1	1			
Esporte	1	1			
Indústria e comércio	1	1			
Juventude	1	1			
Procon	1	1			
Segurança	1	1			

Fonte: elaboração própria.

* Oito conselhos não informavam a natureza dos atores: Turismo (BH), Desenvolvimento Rural (FLO), Ciência e Tecnologia e Agricultura e Abastecimento (POA), Desenvolvimento e Desenvolvimento Econômico e Solidário (RJ), bem como, os de Macapá e São Luís.

Por certo que o trabalho conjunto dessa diversidade de atores movimenta-se entre diversos graus de consensualidade, convém analisar, portanto, as regras internas que dirigem as relações de forma a verificar as potencialidades e os limites da expressão dessa pluralidade nos processos decisórios. Primeiramente, aborda-se as *proxies* da participação na dimensão da normatividade. Em relação ao regimento interno, a centralidade desse documento está em sua função: estabelecer as regras de tomada de decisão e de funcionamento geral das organizações; é, assim, instrumento de institucionalização, publicização, bem como revela o grau de formalidade desses espaços (Faria; Ribeiro, 2011). Como mostra o quadro 3, 21 (66%) órgãos colegiados de participação não possuem regimento interno.

A propósito da isonomia, dentre os 10 órgãos que fornecem acesso ao regimento, apenas um institui desigualdade entre os membros: o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre; nos demais, prevalece a previsão de igualdade normativa. Já sobre a previsão de publicização das atividades e decisões, verificou-se que cinco regimentos abordam tal questão, sendo que dois deles determinavam que as reuniões seriam abertas, e três, fechadas. Ainda, sobre as deliberações, também cinco estabelecem sua divulgação; nos demais, nada se diz sobre isso. Para além da previsão normativa de publicização, averiguou-se como esses órgãos a praticavam em suas atividades cotidianas no que tange disponibilização on-line de informações. Constatou-se que apenas nove conselhos disponibilizam de forma on-line alguma informação sobre seu funcionamento, como: norma, lista dos membros, texto informativo, atas de reuniões e agenda de reuniões; e somente o Conselho de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre forneceu acesso a todas essas informações. Esses dados revelam fragilidades em relação à normatividade dos 32 órgãos de participação estudados. Tal situação pode implicar limitações para a expressão do caráter endógeno nas políticas, já que o desenho desses espaços exerce influência na conformação da preferência e das estratégias dos atores (Faria; Ribeiro, 2011)

A última categoria a ser analisada é a consensualidade. No que tange às competências legais para interferir nos processos das políticas públicas, viu-se que: a formulação é o campo de atividades mais citado, constando como atribuição em 25 (86%) órgãos; seguida da implementação em 17 (59%); e da avaliação em dez (34%). Tal

configuração indica algum grau de desconcentração decisória, já que esses órgãos podem se envolver nos diferentes processos das políticas, especialmente em sua elaboração. Em relação à forma como o presidente é escolhido, apurou-se que em 17 (61%) conselhos o posto é ocupado por indicação do prefeito e 11(39%), preveem a realização de eleições; o restante não fornecia esta informação. Vê-se aqui algum grau de centralização no executivo municipal, o que contrasta com a preponderância dos atores sociais na composição geral dos conselhos. Sobre isso, Raichelis (2003) alerta para as dificuldades envolvidas na partilha de poder, ela sustenta que os governos, independentemente de seu alinhamento ideológico, costumam criar arranjos que lhes garantem a manutenção do monopólio da decisão. Os dois aspectos, competências e escolha do presidente, são determinantes das decisões estratégicas desses conselhos: um diz respeito ao que pode ser feito, o outro, a quem pode influenciar nesse processo; e os dados revelam uma tensão entre eles: enquanto um aponta para a desconcentração, o outro, para a centralização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desenhos das políticas de desenvolvimento das capitais brasileiras engendrou constatações e novos questionamentos. Verificou-se a criação de dezenas de iniciativas formuladas localmente. Isso indica um maior ativismo municipal na formulação de políticas, o que pode favorecer a expansão de capacidade estatais.

As políticas públicas investigadas, embora mobilizassem o termo desenvolvimento, valorizavam, preponderantemente, sua dimensão econômica. Sabe-se que tal enfoque é importante, mas mostra-se insuficiente se tratado de forma apartada das demais dimensões da sociabilidade. Ressalta-se que a maioria das secretarias de desenvolvimento, responsáveis por essas políticas, foram criadas nos anos 2000, ou seja, após o reconhecimento e a difusão do conceito ampliado de desenvolvimento. Não por acaso, um elemento frágil dessas políticas é a sustentabilidade, pois as menções à temporalidade e à funcionalidade dos sistemas sociais apareceram de forma acessória à dimensão econômica, não lhe oferecendo complemento ou orientação. E com esses vieses, as iniciativas estabeleceram foco, principalmente, em grupos populacionais e de empresas que exibem menores recursos

de poder relativamente, demonstrando potencial equitativo, já que dedicados ao incremento das capacidades de agência de grupos mais vulneráveis. Entretanto, a expansão da agência encontrará seu limite na perspectiva unidimensional de desenvolvimento.

Considerando isso, é interessante perceber a intersetorialidade potencial dos órgãos colegiados de participação que orbitam as políticas e secretarias de desenvolvimento. Pois identificou-se a inserção de diversas secretarias ligadas a políticas sociais, o que, em tese, balancearia a perspectiva de desenvolvimento impressa nas políticas, estimulando a inserção de outras dimensões da vida social. O que também seria favorecido pela prevalência de atores sociais na conformação desses conselhos. Contudo, um aspecto que pode afetar a expressão da heterogeneidade de interesses é a centralização decisória no executivo municipal por meio da predominância na ocupação da presidência dos conselhos. Nesse ponto tem-se uma tensão: por um lado, os conselhos são formados por atores sociais que possuem recursos de poder; por outro, o executivo tenta manter o monopólio da decisão por meio do manuseio do arranjo organizacional do conselho; tudo isso, em um contexto institucional de isonomia e de amplas competências em relação aos processos das políticas.

Soma-se a isso, a disseminada ausência de regimentos internos nesses órgãos, indicando baixa institucionalização. Complementarmente, a grande precariedade na disponibilização de informações básicas sobre as atividades dos conselhos contribui para a percepção de falta de transparência dos processos decisórios ou de sua inatividade.

Enfim, as características do desenho dessas políticas indicam incongruências com as noções contemporâneas de desenvolvimento, de fato, o que nelas se manifesta é a visão já ultrapassada, porque restrita e que não permite acessar as necessidades, demandas e capacidades sociais. Um ponto promissor nesse quadro é a dimensão da equidade, que foi encontrada nos desenhos, assim como uma heterogeneidade de atores sociais e estatais. No entanto, todas as limitações informacionais, de transparência e de centralização representam possíveis entraves à expressão de tal heterogeneidade. E essa conformação, por sua vez, explicaria a visão restrita de desenvolvimento encontrada nas políticas.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Claudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 40–47, 1996.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista de la CEPAL**, [s. l.], n. 82, p. 157–171, 2004.

ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso. Políticas públicas e sustentabilidade: uma investigação sobre os pressupostos que guiam nosso desenvolvimento. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 21–36, 2019.

BÔAS, Bruno Villas. Pequena empresa emprega 50% das pessoas no setor privado. **Valor Econômico**, São Paulo, 2017.

BOISIER, Sergio. ¿ Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista de la CEPAL**, [s. l.], n. 86, p. 47–62, 2005.

CARRANÇA, Thais. Para Fiesp, falta de garantias e juro alto afastam indústrias do BNDES. **Valor Econômico**, São Paulo, 2018.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de políticas públicas municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Eds.). **Políticas Públicas no Brasil**. 1 ed. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 125–144.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; BRONZO, Carla. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, C. A. P. (Ed.). **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 50–81.

DAGNINO, Evelina (ED.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DOCAMPO, M. G. (ED.). **Perspectivas teóricas em Desarrollo Local**. La Coruna: Netbiblo, 2007.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 47–71, 2004.

FARIA, Claudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho (Ed.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. p. 125–136.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIBI, S.; CORNELL, D. (Eds.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38–65.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 115–143, 2001.

GONTIJO, José Geraldo Leandro. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In: FARIA, C. A. .. (Ed.). **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 82–122.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Eds.). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3. ed. Brasília: UNB, 2014. p. 21–49.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. 1. ed. São Paulo: Francis, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas. **Aval, Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 4, n. 18, p. 38–61, 2020.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 564–574, 2006.

MOURA, Alexandrina Sobreira De; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães De (Ed.). **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016. p. 91–110.

PETERS, B. Guy. **Advanced introduction to public policy**. Massachusetts: Edward Elgar, 2015.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de sociologia e política**, [s. l.], v. 24, n. 58, p. 121–143, 2016.

RAICHELIS, Raquel. A relação entre os conselhos e os movimentos sociais. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; PAZ, Rosangela (Eds.). **Seminário Articulação entre Conselhos Municipais: Anais**. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2003. p. 21–29.

SANTINI, Sidineia et al. Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: um estudo na região central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 145–169, 2015.

SANTOS, Vanderlei Dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 153–186, 2016.

SEBRAE; DIEESE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. São Paulo: Sebrae, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 132–139, 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones regionales**, [s. l.], n. 11, p. 183–210, 2007.

VILLASANTE, Tomás R.; REY, José A. López. El desarrollo social: un desarrollo desde la ciudadanía. In: DOCAMPO, Manuel García (Ed.). **Perspectivas teóricas en Desarrollo Local**. La Coruna: Netbiblo, 2007. p. 111–144.

Anexo- Lista de ações

Município	Ações
Belo Horizonte	Microcrédito
	Carnaval
	Informações para o turismo
	Sine
	Programa Municipal de Voluntariado Internacional
Campo Grande	Programa de Incentivos para Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES)
	Incubadoras Municipais
	Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
	Apoio ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica
	Apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar
	Articulação do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE
	Apoio ao processo de motomecanização da agricultura familiar
Assessoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (ACTI)	
Cuiabá	Caminhão do peixe
	Vagas de emprego
	Painel do mercado de trabalho
	Sine Municipal

Curitiba	Espaço empreendedor
	Capacitação empresarial para microempreendedores individuais
	Bom negócio
	Cidade Empreendedora
	Perfil Econômico das Regionais
	Prêmio Empreendedora Curitibaana
	Vale do Pinhão
	Worktiba Barigui
	Curitiba Tecnoparque
	Centro de operações
	SaúdeJáCuritiba
	Florianópolis
Projeto Marca Turística	
Obtenção de registro no serviço de inspeção municipal de produtos de origem animal (serviço)	
Regularização de ranchos permanentes pesca e maricultura	
Fortaleza	Programa de Empreendedorismo Sustentável
	Programa Feira de Pequenos Negócios
	Credjovem
	Programa Artesanato Empreendedor
	Compras Governamentais
	Programa de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza – PRODEFOR
	Programa de Apoio a Parques Tecnológicos e Criativos de Fortaleza PARQFOR.
	Projeto Mulher Empreendedora
	Meu Negócio na Praça
	Salas do Empreendedor
	Unidade móvel do Programa de Empreendedorismo Sustentável
	Visão nas Mãos
	Meu Carrinho Empreendedor
	Banco da Periferia
	Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário
	Incubadora de Economia Criativa
Projeto Midiacom	
Macapá	não há

Palmas	Desenvolve Palmas: promovendo o desenvolvimento sociocomunitário de palmas	
	Vila dos Sabores	
	Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas - CIAP	
	Concurso para criação do selo de economia solidária do projeto Desenvolve Palmas	
	Feira de ciências, inovação e tecnologia	
	Apoio a eventos educacionais, científicos, tecnológicos e de inovação	
	Programa de incentivo ao pesquisador	
	Bosque Ciência	
	Quiosques destinados ao exercício das atividades econômicas de caráter alimentícios e serviços	
	Porto Alegre	Centro Agrícola Demonstrativo (CAD)
		IPTU Rural
		Centro de Eventos Ervino Besson
Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem vegetal (SIM Vegetal)		
Projeto de Fruticultura		
Projeto de Piscicultura		
Projeto Suinocultura		
Parque Industrial da Restinga		
Complexo Logístico do Porto Seco		
Pop Center		
Microcrédito		
Sistema de Habitats de Inovação – poa.hub		
4º Distrito		
Centro de Informações Turísticas		
Linha Turismo		
Escola Social de Turismo		
Caminhos Rurais		
Educação para o consumo		
Fiscalização (Procon)		

Rio de Janeiro	Restaurantes Populares	
	Porto 21	
	Naves do Conhecimento	
	Caravana da Ciência	
	Forsoft	
	Polos Gastronômicos	
	Oficina para o Emprego – OPE	
	Zona Franca Social	
	Jovem Alerta	
	Casa Móvel do Empreendedor Carioca	
	Dj Carioca	
	Matriz Insumo Produto	
	Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho	
	Lei da Inovação	
	Economia Solidária-ECOSOL	
	Feirão de Emprego	
	Caravana da Emprego	
	Projeto Resgate	
	Postos de Trabalho	
	Estudo das Cidades Produtivas do Rio de Janeiro	
	Feiras Cariocas	
	São Luis	Capacitações
		Espaço do Empreendedor
São Paulo	VAI TEC (Programa de Valorização de Iniciativas Tecnológicas)	
	Marco legal das MPE'S	
	Compras públicas municipais	
	SAMPA Digital	
	Encontro de Empreendedores	
	Agentes de Desenvolvimento Local (ADL)	
	Formações em Economia Criativa	
	Incubadora de negócios criativos e culturais	
	SAMPA Cine TEC	

Teresina - Semest	Centros de produção
	Feiras (promoção de mercados)
	Mais Mulher
	Projeto Sustentabilidade de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
Teresina - Semdec	Construção de píer
	Promoção de visitas de empreendedores a municípios do sul do Piauí
Vitória	Parque Tecnológico
	Centro de Inovação
	Fábrica de Ideias
	Concessão de quiosques

Fonte: elaboração própria